



## **Educação Fiscal: Mensuração do Nível de Conhecimento e Influência dos Fatores Socioeconômicos**

### **Fiscal Education: Measuring the Level of Knowledge and Influence of Socioeconomic Factors**

### **Educación Fiscal: Medir el Nivel de Conocimiento y la Influencia de los Factores Socioeconómicos**

**Agenário Luiz da Costa Júnior<sup>1</sup>**

agenario.junior@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0228-816X>

**Marcelo Rabelo Henrique<sup>1</sup>**

marcelo@mrhenriqueconsult.com.br

<http://lattes.cnpq.br/8872607903177348>

<https://orcid.org/0000-0002-5940-4267>

**Antonio Saporito<sup>1</sup>**

profantoniosaporito@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5724238604725007>

<https://orcid.org/0000-0002-5625-4590>

**Sandro Braz Silva<sup>1</sup>**

prof\_sandrobraz@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6332079744575325>

<https://orcid.org/0000-0002-1577-3685>

Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil<sup>1</sup>

**Recebido em:** 23/10/2021 / **Revisão:** 06/11/2021 / **Aprovado em:** 30/05/2022

**Editores responsáveis:** Prof. Dr. Antônio Giovanni Figliuolo Uchôa e Prof. Dr. Jonas Fernando Petry

**Processo de Avaliação:** Double Blind Review

**DOI:** <http://10.47357/ufambr.v4i1.9898>

## Resumo

A educação fiscal da população é essencial para qualquer sociedade. O objetivo deste estudo foi demonstrar a importância da educação fiscal para a população em geral e simultaneamente avaliar o nível de conhecimento acerca desse assunto dos discentes matriculados na UNIFESP, do *campus* Osasco no ano de 2018, verificando se fatores socioeconômicos são relevantes como variáveis explicativas de conhecimento entre os vários estratos sociais. Em termos metodológicos, utilizou-se de abordagem quantitativa e a tipologia se deu por meio das pesquisas bibliográfica e exploratória. Recorreu-se também à análise descritiva e à regressão múltipla para tratar os dados referentes a um questionário aplicado a 233 discentes do *campus* Osasco, satisfazendo o requisito de estarem matriculados no ano de 2018 em ao menos um dos cinco cursos ofertados. Composto por duas partes, o questionário permitiu na primeira, traçar um perfil socioeconômico dos estudantes do Campus, com a segunda se incumbindo da avaliação de conhecimentos relacionados à educação fiscal. Foi possível concluir que o conhecimento específico dos estudantes na área de educação fiscal é insatisfatório, que o conteúdo relacionado a princípios tributários é aquele de menor domínio e que os fatores socioeconômicos não são significativos para distinguir o nível de conhecimento fiscal dos discentes do *campus* Osasco, ou seja, não foram observadas diferenças significativas de conhecimento entre estudantes pertencentes aos diversos estratos sociais. Políticas públicas efetivas para disseminar a educação fiscal em todos os níveis educacionais, portanto, são imprescindíveis e há poucos estudos com a natureza empregada neste artigo.

**Palavras-Chave:** Transparência Fiscal. Educação Fiscal. Cidadania. Políticas Públicas.

## Fiscal Education: Measuring the Level of Knowledge and Influence of Socioeconomic Factors

### Abstract

Tax education of the population is essential for any society. The aim of this study was to demonstrate the importance of tax education for the general population and simultaneously assess the level of knowledge about this subject of students enrolled at UNIFESP, from the Osasco campus in 2018, checking whether socioeconomic factors are relevant as explanatory variables for knowledge between the various social strata. In methodological terms, a quantitative approach was used and the typology was carried out through bibliographical and exploratory research. Descriptive analysis and multiple regression were also used to treat data from a questionnaire applied to 233 students from the Osasco campus, satisfying the requirement of being enrolled in 2018 in at least one of the five courses offered. Composed of two parts, the questionnaire allowed, in the first, to draw a socioeconomic profile of students on the Campus, with the second in charge of assessing knowledge related to tax education. It was possible to conclude that the specific knowledge of students in the area of tax education is unsatisfactory, that the content related to tax principles is that of lesser domain and that socioeconomic factors are not significant to distinguish the level of tax knowledge of students from the Osasco campus, that is, no significant differences in knowledge were observed among students belonging to different social strata. Effective public policies to disseminate fiscal education at all educational levels, therefore, are essential and there are few studies of the nature used in this article.

**Keywords:** Fiscal Transparency. Tax Education. Citizenship. Public policy.

## **Educación Fiscal: Medir el Nivel de Conocimiento y la Influencia de los Factores Socioeconómicos**

### **Resumen**

La educación fiscal de la población es fundamental para cualquier sociedad. El objetivo de este estudio fue demostrar la importancia de la educación tributaria para la población en general y simultáneamente evaluar el nivel de conocimiento sobre esta materia de los estudiantes matriculados en la UNIFESP, del campus de Osasco en 2018, verificando si los factores socioeconómicos son relevantes como variables explicativas de conocimiento entre los diversos estratos sociales. En términos metodológicos, se utilizó un enfoque cuantitativo y la tipología se realizó a través de una investigación bibliográfica y exploratoria. También se utilizó el análisis descriptivo y la regresión múltiple para tratar los datos de un cuestionario aplicado a 233 estudiantes del campus de Osasco, cumpliendo con el requisito de estar matriculado en 2018 en al menos uno de los cinco cursos ofertados. Compuesto por dos partes, el cuestionario permitió, en la primera, trazar un perfil socioeconómico de los estudiantes del Campus, siendo la segunda encargada de evaluar los conocimientos relacionados con la educación tributaria. Se pudo concluir que el conocimiento específico de los estudiantes en el área de educación tributaria es insatisfactorio, que el contenido relacionado con los principios tributarios es de menor dominio y que los factores socioeconómicos no son significativos para distinguir el nivel de conocimientos tributarios de los estudiantes. del campus de Osasco, es decir, no se observaron diferencias significativas en el conocimiento entre estudiantes pertenecientes a diferentes estratos sociales. Las políticas públicas efectivas para difundir la educación fiscal en todos los niveles educativos, por lo tanto, son fundamentales y existen pocos estudios de la naturaleza que se utilizan en este artículo.

**Palabras clave:** Transparencia fiscal. Educación fiscal. Ciudadanía. Políticas públicas.

## 1. INTRODUÇÃO

Os atuais modelos de gestão pública acabam demandando menor burocracia ao Estado, de modo a torná-lo mais flexível e eficiente e mais direcionado ao atendimento otimizado à população. Percebe-se, com isso, que a gestão pública contemporânea adota um novo paradigma, mais orientado para os resultados e diferentes maneiras de geração de resultados, em um cenário mais complexo e diversificado (Rezende, 2009; Costa, Silva, Micheletto, Gonçalves, 2014).

O Plano Plurianual do Estado de São Paulo do período 2016-2019, por seu turno, destaca como um dos objetivos estratégicos a Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.

É cabível ao Estado e especialmente àqueles responsáveis por sua gestão não somente prestar contas dos recursos que costuma administrar, mas também se responsabilizar por seus atos e munir os cidadãos de conhecimentos e instrumentos que lhes possibilite fiscalizá-lo (CGU, 2012).

Reside aí a importância da educação fiscal, à medida que a mesma representa um processo importante de ligação entre cidadãos e administração fiscal, para minimizar a falta de conhecimento econômico, financeiro e social do tributo, que é atualmente a fonte principal de receita pública, e buscar um desenvolvimento sustentando minimizando as mazelas sociais, principalmente em países em desenvolvimento (OECD, 2015; Jardim, 2012).

De um modo geral, as possíveis mudanças de comportamento de uma sociedade, aliadas a uma maior conscientização de cidadania, demandam certa ação educativa permanente e sistemática, que efetivamente incentive novos hábitos, atitudes e valores (Rezende, 1995; Borges, 2012).

Neste contexto, a educação fiscal deve exercer o papel de sensibilizar a sociedade em relação à função socioeconômica do tributo. O seu papel econômico será o de melhorar a própria receita pública do Estado e o fator social diz respeito à eficiente aplicação dos recursos públicos (Lima, 2016; Merlo, Pertuzatti, 2005).

Diversos países tentam engajar seus contribuintes com programas de educação fiscal. Existem várias definições de educação fiscal nas diferentes esferas públicas internacionais e brasileiras. Dentre elas, importante citar, por exemplo: Educação Fiscal deve ser compreendida como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir solidariamente em benefício do conjunto da sociedade e, por outro lado, estar consciente da importância de sua participação no acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador. A Educação Fiscal deve tratar da compreensão do que é o Estado, suas origens, seus propósitos e da importância do controle da sociedade sobre o gasto público, através da participação de cada cidadão, concorrendo para o fortalecimento do ambiente democrático (Educação fiscal no contexto social/ Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009).

No Estado de São Paulo, as atividades relacionadas à educação tributária são de responsabilidade do Ministério das Finanças do Estado de São Paulo (fundidas com o PNEF)

e estão associadas às instituições que constituem o Grupo Nacional de Educação Fiscal (Gefe, 2020).

Em 2017 a arrecadação de tributos no Estado de São Paulo representou 37,39% do total da arrecadação do país inteiro. Somente o município de São Paulo arrecadou, durante o ano inteiro de 2017, mais de 268 bilhões de reais em impostos municipais (Lima, 2016).

O objetivo geral da pesquisa foi demonstrar a importância da Educação Fiscal para os discentes e verificar o nível de conhecimento dos discentes matriculados na Universidade Federal de São Paulo, *campus* Osasco, em 2018.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Fazer uma revisão bibliográfica dos programas de educação fiscal no Brasil e na América Latina.
- Mensurar o nível de conhecimento de educação fiscal dos discentes matriculados na UNIFESP, *campus* Osasco, em 2018 e verificar se os indicadores socioeconômicos influenciam de forma significativa esse nível de conhecimento.
- Avaliar quais os maiores déficits de conhecimento

Diante de tais acepções, o estudo pretende responder à seguinte problemática de pesquisa: **“Qual o nível de conhecimento fiscal dos alunos matriculados na Universidade Federal de São Paulo campus Osasco; há influência significativa dos fatores socioeconômicos?”**.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Educação Fiscal

Uma das maiores arrecadações tributárias do mundo é a do Brasil. Isso ocorre basicamente devido aos diferentes tributos associados, de uma maneira direta ou indireta, à renda, ao patrimônio e ao consumo (Receita Federal, 2016).

O Código Tributário Nacional (CTN) define tributo como a obrigação do cidadão com o Estado. À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios é permitido instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. A cobrança dos tributos é decorrência de ações estatais direcionadas à sociedade. Teoricamente, é a partir do tributo que o Estado deve cumprir seu papel de assegurar o bem-estar social por meio desta arrecadação (Fabretti, 2008; Formigoni, 2008; Borges, 2015; Eloy Junior, Soares, Casagrande, 2014).

Um tributo atua como instrumento fiscal na manutenção da condição econômica de um país e deve atender às necessidades públicas e coletivas da população deste. Em contrapartida, o Estado deve utilizar o que foi arrecadado para prover os cidadãos com condições mínimas de saúde, educação, segurança, habitação, saneamento, dentre outros aspectos (Fabretti, 2008; Reis, Pfitscher, Casagrande, 2012; Souza, Silva, Alves, 2020).

Faz-se necessário definir carga tributária como o montante total de contribuições obrigatórias e impostos arrecadados, dividido pelo Produto Interno Bruto (PIB) (Receita Federal, 2016).

A carga tributária do Brasil é alta em comparação com outros países da América Latina e América Central. Deve-se notar também que, alguns países implementaram recentemente reformas tributárias, como a Argentina, no final de 2017, e sua carga tributária deverá ser reduzida em cerca de 4% nos próximos cinco anos (Litvin, 2017).

Sob o aspecto econômico, o crescimento do Estado demanda um aumento da sua carga tributária. Por outro lado, esse aumento da carga tributária provocará maiores custos no recebimento dos benefícios públicos pelos trabalhadores. De maneira geral, isso acaba fazendo com que o cidadão trabalhe mais horas para pagar seus tributos (Alvarenga, 2017).

Nos últimos anos, surgiram novas fontes para os cidadãos brasileiros obterem informações relacionadas a gastos públicos e dois exemplos são as Leis de Responsabilidade Fiscal (LFR) e de Acesso à Informação (LAI).

## **2.2. Educação Fiscal na América Latina**

As primeiras iniciativas de educação fiscal relacionadas às administrações tributárias de países da América Latina estão datadas na década de 70. No entanto, apenas nos anos 90 é que foram registradas ações realmente sistematizadas, com recursos humanos e materiais próprios, como os programas do Peru (1993) e do Brasil (1996), além daquele instituído na Argentina (1998). Outros programas foram criados na Guatemala, Chile, México, República Dominicana e até mesmo Honduras (Borges, 2012).

No entanto, ainda há a necessidade de uma transformação cultural interna às administrações tributárias da América Latina, especialmente no que diz respeito ao relacionamento entre governos e seus contribuintes. Afinal, mesmo que tais iniciativas tenham efetivamente priorizado a educação tributária ou fiscal destes países, com exceção da Argentina e do Brasil, os demais não dispunham de um efetivo humano específico o tempo todo (Rivillas, Pérez, 2010).

Aos poucos, os Ministérios da Fazenda foram aumentando a quantidade de profissionais destinados realmente à educação fiscal destes países e fazendo desta estratégia uma de suas prioridades. Com isso, iniciativas mais assertivas foram verificadas em países como a Guatemala (2005), a República Dominicana (2006), o Uruguai (2005), Honduras (2007), Paraguai (2008), El Salvador (2008), Costa Rica (2009), Peru (2005), Equador (2006) e Chile (2006) (Rivillas, Pérez, 2010).

## **2.3. Mensuração do nível de educação fiscal dos cidadãos brasileiros**

Diante da própria importância da educação fiscal de uma nação, faz-se necessária mensuração do nível de conhecimentos tributários de seus cidadãos. No Brasil, essa mensuração pode ser feita a partir dos dados levantados no Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). Este programa reúne estudos relacionados à educação fiscal em nível nacional e internacional (Borges, 2012; Pereira, Borges, 2015; Souza, Silva, Alves, 2020).

Essa mensuração somente é possível quando se considera a educação fiscal em um âmbito educativo geral e por meio da observação científica dos fatores que, de fato, influenciam no comportamento dos contribuintes. Assim, os princípios devem se basear na definição de conteúdo educativos concretos e em uma série de ações que compõem o comportamento do contribuinte já educado (Borges, 2012; Pereira, Borges, 2015).

Cabe ao contribuinte estar ciente de suas obrigações e deveres, ao mesmo tempo em que fiscaliza a ação do Estado dentro de um contexto tributário. Para que isso seja realmente palpável, faz-se imprescindível que haja um fortalecimento do próprio sentido de responsabilidade moral, em um âmbito psicológico em relação à importância do tributo, para

a população, sem que, no entanto, isso resulte em psicologismo fiscal (Borges, 2012; Pereira, Borges, 2015).

Por parte do Estado, os esforços em prol da mensuração da educação fiscal estarão voltados ao estabelecimento de diretrizes que possam ser aplicadas entre os sistemas educacionais e tributários de cada nação.

Isso ocorre por meio dos órgãos de cada país, todos em uníssono de que o entendimento e a participação do cidadão (no âmbito tributário) têm início por meio da educação global de cada pessoa e devem fazer parte de sua vida desde os primeiros ensinamentos que lhe são dados (Lima, 2016).

A mensuração e coleta dos dados, em relação ao nível de educação fiscal dos cidadãos, devem dispor de instrumentos de pesquisa que se baseiem no próprio PNEF. Para que sejam precisas necessitam considerar, por exemplo, a dimensão da compreensão do papel do Estado, o nível de entendimento sobre a função socioeconômica do tributo, a dimensão a respeito do entendimento da promoção da Justiça Fiscal e da Ética Distributiva, além da própria compreensão do cidadão a respeito da necessidade de se manter uma relação harmoniosa entre a população e o Estado.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1. Método de Análise**

No processo de realização desta pesquisa foi necessário adotar alguns métodos e procedimentos para garantir a organicidade e a consistência científica de suas diferentes etapas de produção. O método de pesquisa empírica foi escolhido por ser completamente guiado por análises de problemas e experimentos.

Os procedimentos metodológicos forneceram subsídios necessários para alcançar os objetivos do trabalho. Para elaboração das premissas e contextualização do cenário foi realizada uma revisão bibliográfica sobre origem dos tributos, a função do estado e como é abordada a educação fiscal no Brasil, pela OCDE e países da América Latina.

A partir disso foram analisados os níveis de conhecimento fiscal de uma amostra de universitários da área de ciências sociais aplicadas, verificando se fatores como renda, escolaridade, ocupação profissional e faixa etária influenciam seu nível de conhecimento fiscal. Foi realizado um questionário com duas partes: uma parte solicitando informações socioeconômicas do respondente e outra parte como um teste de conhecimento fisca.

#### **3.2. Universo e Amostra**

Foi considerado o universo de alunos matriculados na Universidade Federal de São Paulo *campus* Osasco em 2017, que de acordo com o site da universidade é de 1.779 alunos. Desta forma, o cálculo do tamanho da amostra considerando 95% de nível de confiança e erro amostral de 5%, conforme formula abaixo, corresponde a um tamanho de 233 alunos.

**Figura 1:** Fórmula referente ao cálculo da população amostral da pesquisa

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

Fonte: Com base em Gil (2019)

A pesquisa foi aplicada a 240 pessoas e realizada por meio de envio do questionário digitalmente, através do Google Forms e fisicamente nas salas de aula e espaço comum alunos da Universidade Federal de São Paulo *campus* Osasco e o subsequente recebimento da resposta dos entrevistados entre os meses de janeiro a março de 2018. Como requisito obrigatório à aceitação do questionário para a pesquisa exigiu-se que o respondente fosse aluno regularmente matriculado à época de sua realização.

Após a fase da coleta dados, foi executada a tabulação das 240 respostas obtidas, sendo que 233 atenderam aos critérios da pesquisa, por meio da otimização das ferramentas do software Microsoft EXCEL. Com a mensuração dos dados, fez-se necessário equacioná-los em um texto único, que apresentou as informações mais relevantes. Com base nisso, foram verificadas diversas percepções a respeito da educação fiscal dos entrevistados.

### 3.3. Instrumentos de Coleta de Dados

Normalmente a coleta de dados permite determinar a direção que um projeto irá seguir, por meio das informações coletadas. Para tanto, o planejamento prévio é imprescindível para iniciar esta coleta. Cada etapa precisa ser muito bem definida, já que os dados devem ser utilizados de uma maneira categorizada. Isso irá melhorar o processo de coleta e a própria compreensão no momento da análise (Borges, 2012; Oliveira, Nakao, 2005).

O método quantitativo admite três formas: a explanatória, a exploratória e a descritiva. A explanatória é escolhida quando se tem a intenção de testar uma teoria, para verificar a existência de novas situações e se determinar as causas. Já a exploratória é própria para se descobrir a opinião de um dado perfil de entrevistado, a respeito de algum assunto que necessite ser estudado. Por fim, a descritiva é indicada quando se busca identificar os costumes e as opiniões de certo grupo de pessoas e checar se essas opiniões condizem com a realidade (Borges, 2012).

Diante de tais aceções, para este estudo se utilizou uma coleta de dados exploratória. Optou-se pelo método Survey, no qual o entrevistador examina amostras da população através de um questionário. Isso acaba sendo extremamente útil para a descrição do problema e para analisá-lo. Este método é muito comum em pesquisas de opinião, já que acaba ajudando na identificação de subgrupos favoráveis ou hostis.

O questionário, num total de 20 questões, foi composto por uma primeira com 10 questões relacionadas a informações socioeconômicas e a segunda com mais 10 questões, estas destinadas a avaliar o conhecimento fiscal dos respondentes.

O Survey foi executado em duas plataformas: coleta física através de questionários em papel nas salas de aula da Universidade Federal de São Paulo *campus* Osasco e utilizando a ferramenta online Google *Forms*.



### 3.4. Metodologia

Foram utilizadas estatísticas descritivas no software Microsoft Excel para ter um panorama geral dos resultados (como média, mediana, desvio padrão, mínimo, máximo, etc), foi construído um histograma também no Microsoft Excel para apresentar os dados de maneira mais concisa e que permitisse extrair informação sobre seu comportamento. Por último foi executada uma regressão linear múltipla utilizando o software open-source R e outra no Microsoft Excel. Foram executadas em diferentes softwares pois na primeira foram considerando todas as variáveis e a segunda foi uma versão reduzida, com 16 variáveis que é o limite do Excel, buscando uma explicação maior das variáveis.

A regressão linear pode ser definida como o método estatístico que modela a relação entre duas ou mais variáveis. Foi utilizado o modelo de regressão linear múltipla, tendo em vista que o problema envolve mais de uma variável e este modelo fornece a possibilidade de trabalhar com diversas variáveis explicativas ao mesmo tempo. O modelo de regressão utilizado neste estudo foi:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \beta_2 x_{2i} + \beta_k x_{ki} + e_i$$

Sendo:

$y_i$ : valor da variável dependente – neste estudo é a nota obtida no teste de conhecimento

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_k$ : são parâmetros desconhecidos

$x_{1i}, x_{2i}, x_{ki}$ : valor da variável explicativa conhecido – neste estudo serão os fatores socioeconômicos

$e_i$ : erro associado ao modelo

Quanto à interpretação do modelo, o intercepto  $\beta_0$  representa o ponto inicial de  $y$  quando o valor de  $x$  é igual a zero,  $x_i$  representa cada observação das variáveis explicativas  $x$ , o coeficiente angular  $\beta_k$  representa o grau que a reta faz em relação ao eixo  $x$  e  $e_i$  é o erro associado a cada observação em relação à regressão linear, e assume o valor não explicado pelas variáveis.

## 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

### 4.1. Análise descritiva

A análise dos resultados com base na pesquisa qualitativa buscou verificar se fatores como faixa etária, renda média familiar, cor, gênero e histórico no mercado de trabalho dos respondentes influenciam nos níveis de conhecimento fiscal.

Como o critério de seleção para a escolha considerou apenas os estudantes que estão matriculados e na Universidade Federal de São Paulo *campus* Osasco, a amostra foi reduzida de 240 para 233 respondentes.

Foram entrevistados 124 homens e 109 mulheres, a maioria de cor branca, com renda de até dois salários mínimos, atuando como profissionais registrados e, em grande parte, universitários cursando ciências contábeis, econômicas e atuariais, conforme se detalha através dos dados seguintes complementados pelos gráficos que ilustram as respostas às 10 questões da primeira parte do questionário.

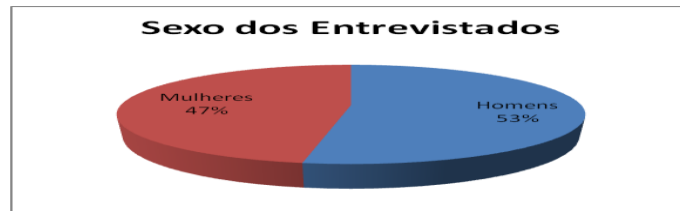


Gráfico 1: Sexo dos entrevistados

Fonte: Autores

Ainda que a primeira questão fosse relacionada a gênero e tivesse opções adicionais para os respondentes, 53% deles eram homens e 47% mulheres, conforme o gráfico 1.

A segunda questão tratou da faixa etária e os resultados estão expressos no gráfico 2.

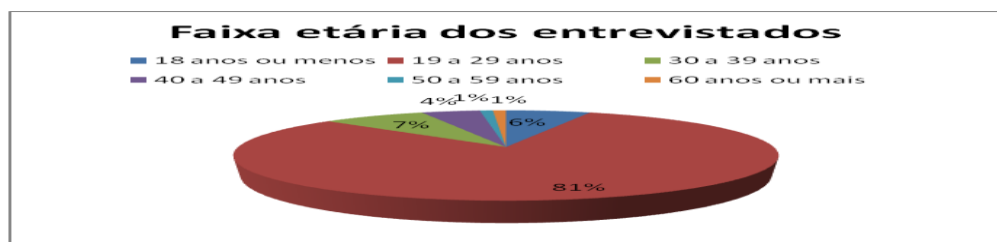


Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados

Fonte: Autores

De acordo com o gráfico 2, 81% respondentes estava na faixa etária entre 19 a 29 anos, 7% tinham entre 30 e 39 anos, 4% entre 40 e 49 anos, 6% estavam na faixa etária de 50 a 59 anos. Tanto aqueles que tinham 18 anos ou menos e de 60 anos para cima representam grupos com apenas 1% de representatividade na amostra. Logo, é possível afirmar que as respostas foram majoritariamente de um público jovem com faixa etária entre 19 a 29 anos.

A idade pode ser uma variável relevante, já que os mais velhos teoricamente possuem mais informações fiscais do que os mais novos devido a sua própria experiência, como declarar seu próprio imposto de renda. Mas, isto não é uma regra.

A terceira questão da primeira parte da pesquisa abordava a cor de pele e o gráfico 3 mostra as respostas em termos percentuais.

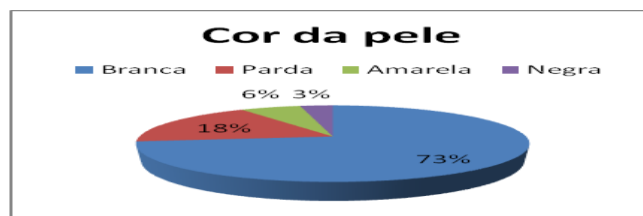


Gráfico 3: Cor da pele dos entrevistados

Fonte: Autores

Em relação à cor da pele dos entrevistados, a grande maioria é branca (73%), seguida pela cor parda (18%), a amarela (6%) e a cor negra (3%), conforme é possível verificar no gráfico 3.

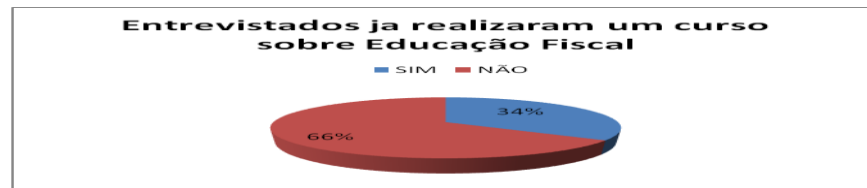
A quarta característica investigada é relacionada ao tempo de vínculo do estudante com a UNIFESP, separando-se os alunos em ingressantes do ano de 2018 e estudantes com entrada anterior a 2018.



**Gráfico 4:** Situação dos entrevistados como discente  
Fonte: Autores

No que diz respeito ao tempo de vínculo dos entrevistados como discentes, com base no gráfico 4, nota-se que 64% deles estavam matriculados há mais de um ano em seu curso, sendo os 36% restantes admitidos em 2018.

Outro aspecto investigado através do questionário foi o conhecimento anterior do assunto através da questão: “você já realizou um curso ou workshop sobre educação fiscal?”. Com isso, se buscou verificar quantos dos entrevistados efetivamente já estudaram a respeito do tema educação fiscal e os percentuais são evidenciados no gráfico 5.



**Gráfico 5:** Entrevistados discentes em Educação Fiscal  
Fonte: Autores

Pelo gráfico 5, é possível perceber que a maioria dos participantes desta pesquisa, ou seja 66%, não havia estudado sobre o assunto até aquele momento. Apenas 34% afirmaram que já haviam pesquisado a respeito.

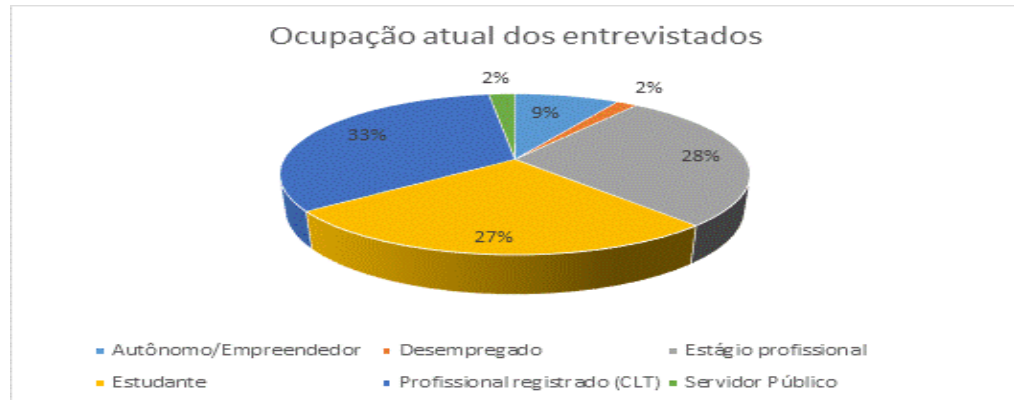
Também foi perguntado aos entrevistados se eles já haviam trabalhado anteriormente e os resultados estão dispostos no gráfico 6.



**Gráfico 6:** Entrevistados com experiência profissional  
Fonte: Autores

Conforme é possível verificar no gráfico 6, metade deles já teve contato com o mercado de trabalho.

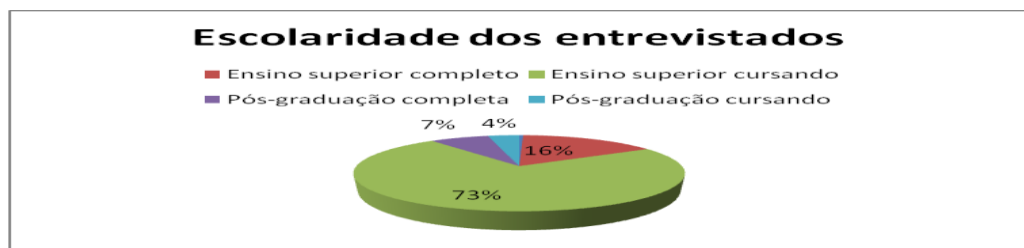
A questão seguinte referiu-se à ocupação presente dos entrevistados, visando entender se os mesmos dedicavam-se exclusivamente aos estudos ou se tinham também alguma atividade profissional e com que tipo de relação ocupacional, conforme exhibe o gráfico 7.



**Gráfico 7:** Ocupação atual dos entrevistados  
Fonte: Autores

O gráfico 7 relata que a maioria dos participantes, ou seja 33% atuavam como profissionais registrados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e 27% faziam estágio profissional, enquanto autônomos ou empreendedores correspondiam a 9% e outros 2% eram funcionários públicos. Portanto, 71% tinham alguma atividade profissional além de ser estudantes. O grupo que se dedicava aos estudos com exclusividade representava 27% indicando que uma parcela significativa de alunos que tiveram atividade profissional anteriormente (conforme especifica o gráfico 6) deixaram de ter. Estavam desempregados 2%.

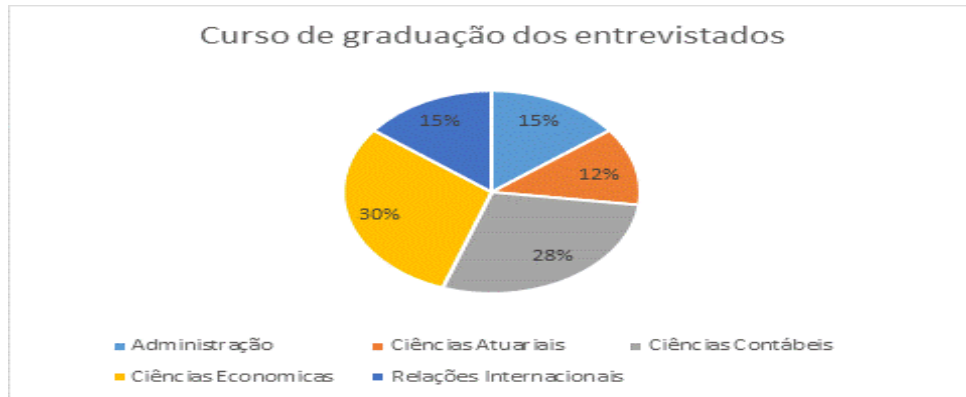
Adicionalmente, procurou-se saber se os participantes tinham alguma outra formação além da que buscavam na Unifesp, seja na graduação ou pós-graduação, conforme evidencia o gráfico 8.



**Gráfico 8:** Escolaridade dos entrevistados  
Fonte: Autores

Quanto ao nível de escolaridade, de acordo com o gráfico 8, 73% estava cursando seu respectivo curso na Unifesp sem ter se formado em outro curso superior. Os demais estavam divididos entre 16% que já são graduadas em algum curso universitário, 7% que possuíam pós-graduação completa e outros 4% estavam cursando ainda algum curso de pós-graduação.

O propósito da questão seguinte foi identificar o curso que estava sendo realizado pela parcela de 73% dos respondentes que continuavam vinculados aos cursos oferecidos no Campus Osasco da Unifesp, como mostra o gráfico 9.

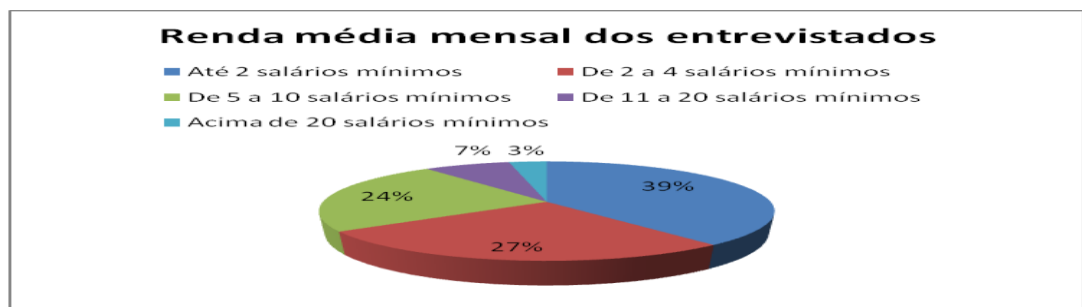


**Gráfico 9:** Curso de graduação dos entrevistados

Fonte: Autores

Através do gráfico 9 nota-se que 28% dos respondentes pertenciam ao curso de ciências econômicas, 25% eram estudantes de ciências contábeis, enquanto os cursos de relações internacionais e administração de empresas tinham uma participação de 16% cada do total de respondentes, bastante próximos de ciências atuariais que detinha 15%. Desta forma a amostra considera todos os cursos ativos do *campus* Osasco.

Questionou-se também a respeito da renda econômica individual e familiar dos entrevistados, para que fosse possível mensurar se a educação fiscal é mais disseminada entre os cidadãos que possuem uma renda maior. O gráfico 10 mostra os percentuais de pesquisados enquadrados em cada uma das faixas de renda em termos de sua renda própria.

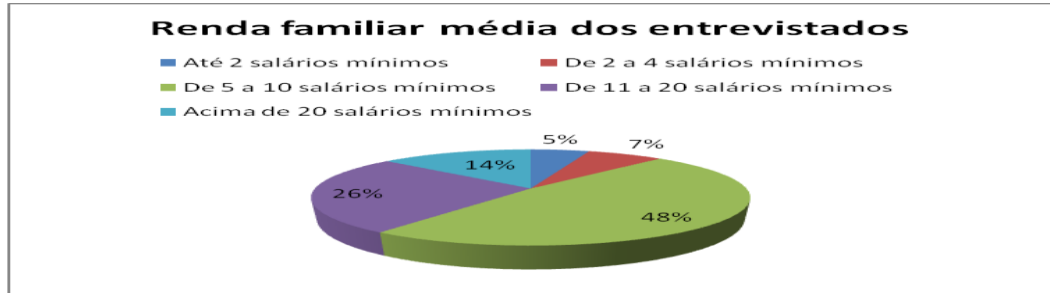


**Gráfico 10:** Renda média mensal dos entrevistados em 2017

Fonte: Autores

A partir do gráfico 10, verificou-se que a maioria dos participantes desta pesquisa, 39%, possuía em 2017 renda mensal individual de até 2 salários mínimos, enquanto 27% recebia de 2 a 4 salários mínimos, 24% estava na faixa de 5 a 10 salários mínimos, parcela de 7% tinha renda de 11 a 20 salários mínimos e somente 3% dos entrevistados recebia mais do que 20 salários mínimos por mês.

O gráfico 11 mostra os percentuais de pesquisados enquadrados em cada uma das faixas de renda em termos de renda familiar e, portanto, incorpora também a renda recebida pelas demais pessoas que residem junto com cada um dos respondentes da pesquisa.



**Gráfico 11:** Renda familiar média mensal dos entrevistados em 2017

Fonte: Autores

O gráfico 11 demonstra a renda familiar média dos entrevistados, também em 2017, onde 48% informou renda familiar média de cinco a dez salários mínimos. Parcela de 26% afirmou estar entre 11 a 20 salários mínimos, 14% estava acima de 20 salários mínimos, enquanto 7% ficaram na faixa de 2 a 4 salários mínimos e 5% apontaram renda de até dois salários mínimos.

Interessante notar que, quando se analisa a renda média individual, percebe-se que a maioria se encontra nas faixas mais baixas, que oscilam entre menos de 2 salários mínimos e 10 salários mínimos. Já na análise de renda familiar média, a maioria se enquadra entre 5 e 20 salários mínimos.

É possível supor que muitos brasileiros, especialmente universitários, complementam a própria renda com o salário dos familiares com quem moram em suas residências. A educação fiscal assume grande importância neste contexto, já que basta uma pessoa dentro de uma residência, para esclarecer aos demais a respeito da importância da fiscalização de entidades públicas no que diz respeito à tributação de mercadorias e serviços.

Observadas as diferenças em cada um dos aspectos observados, pode-se inferir com base na amostra que o perfil da maior parte dos alunos da EPPEN do campus Osasco da Unifesp é composto por jovens entre 19 e 29 anos, de cor branca, ligeira maioria masculina, matriculados há mais de um ano, realizando seu primeiro curso de graduação e sem prévios conhecimentos de educação fiscal, com atividade profissional cuja renda proporcionada é substancialmente menor que a renda familiar.

Finda a primeira parte da pesquisa abordando questões relacionadas ao perfil dos entrevistados, foi processada a segunda parte, dedicada à avaliação dos conhecimentos dos participantes sobre educação fiscal, principais tributos brasileiros e outros tópicos relacionados a este tema.

Solicitou-se que os participantes respondessem com o máximo de sinceridade às 10 questões formuladas nesta etapa, estruturadas para resposta de múltipla escolha com 5 alternativas, sendo a última em todas as questões a opção “não sei / não tenho certeza”. Este procedimento permitiu identificar um grupo de respondentes que desconhece ou tem muitas dúvidas sobre o assunto da questão. Entre os que presumem conhecer foi realizada a divisão entre os que acertaram e os que erraram cada questão.

As tabelas seguintes trazem os resultados expressos em percentuais de participantes em cada das 10 questões entre os 3 grupos (acertos, erros e desconhecimento). As questões são separadas por tipo específico de conhecimento relacionado a educação fiscal para tornar perceptíveis eventuais diferenças de conhecimento entre os tipos. Foram definidos 5 grupos

de conhecimentos específicos: princípios tributários, competência tributária, carga tributária, incidência tributária e conceito de educação fiscal. Além disso cada questão foi identificada quanto ao assunto específico contido em seu grupo.

O quadro 1 evidencia a qual grupo e assunto específico se refere o conhecimento avaliado em cada uma das 10 questões, numeradas de 11 a 20 no instrumento de coleta de dados.

Quadro 1 - Questões divididas por grupos e assuntos específicos

Conhecimento	Grupo Específico	Assunto específico
Questão 11	Princípios Tributários	Características dos Tributos
Questão 12	Princípios Tributários	Características dos Tributos
Questão 13	Competência Tributária	Tributos Federais
Questão 14	Competência Tributária	Tributos Estaduais
Questão 15	Carga Tributária	Faixa Percentual em 2017
Questão 16	Carga Tributária	Elisão Fiscal
Questão 17	Incidência Tributária	Impostos sobre Consumo
Questão 18	Incidência Tributária	Imposto Progressivo
Questão 19	Conceito de Educação Fiscal	Educação Fiscal
Questão 20	Princípios Tributários	Empréstimo Compulsório

Fonte: autores

A tabela 1 apresenta os resultados expressos em percentuais do total de 233 respondentes em termos de acertos, erros e desconhecimento de cada assunto e grupo específico de conhecimentos abordados em cada uma das questões e as respectivas médias.

Tabela 1 - Respostas às 10 questões sobre tributação e educação fiscal

Percentual de Respondentes	ACERTOS	ERROS	DESCONHECIMENTOS
Questão 11	21%	35%	44%
Questão 12	17%	27%	56%
Questão 13	34%	29%	37%
Questão 14	54%	11%	35%
Questão 15	26%	28%	46%
Questão 16	45%	21%	34%
Questão 17	73%	15%	12%
Questão 18	36%	8%	56%
Questão 19	42%	17%	41%
Questão 20	4%	21%	75%
Média	35%	21%	44%

Fonte: autores

Verifica-se através da tabela 1 que de modo geral e com base na média o desconhecimento explícito do tema é relevante com a marca de 44%, sendo que dos 56% que afirmaram ter conhecimentos uma parte significativa (21%) errou a opção correta quando indagada. O índice médio de acerto ficou em 35%, o que equivaleria a uma nota de 3,5 numa escala de zero a dez.

Nota-se ainda ao examinar a tabela 1 que do ponto de vista individual destacam-se em termos de acertos as questões 17 e 14, nessa ordem com percentuais acima de 50%, sendo 73% para a questão 17 cujo assunto e grupo específico são respectivamente imposto sobre o consumo e incidência tributária e 54% para a questão 14 que abordou tributos estaduais contido no grupo competência tributária. Por outro lado, as questões 20 e 12 são aquelas com os menores índices de acerto, ambas abaixo de 20%, sendo que apenas 4% acertou a questão 20 relacionada a empréstimos compulsórios contida em princípios tributários, de acordo com o quadro 1. A questão 12 que tratou de características de tributos, também no grupo princípios tributários apresentou 17% de acerto.

Quanto aos erros, o destaque positivo foi para a questão 18, cujos assunto e grupo foram imposto progressivo e incidência tributária onde existiu o único caso com nível inferior aos

10%, visto que apenas 8% errou essa questão. A questão 11 com 35% de erro nas respostas foi a única que superou a casa dos 30% e destacou-se negativamente. Características dos tributos foi o assunto e princípios tributários o grupo específico de conteúdo avaliado pela questão 11.

Em relação ao nível de desconhecimento do assunto abordado, apenas a questão 17 apontou nível inferior a 20%, com somente 12% de desconhecimento, e teve como assunto e grupo específico abordados, respectivamente, imposto sobre o consumo e incidência tributária. As questões 20, 12 e 18 foram aquelas onde o desconhecimento do assunto superou metade dos respondentes e são aquelas que evidenciam mais claramente os assuntos e grupos menos conhecidos pelos respondentes. As questões 20 com 75% e a 12 com 56% pertencem ao mesmo grupo de conhecimentos (princípios tributários) sendo que a 20 refere-se a empréstimos compulsórios e a 12 a características dos tributos como assunto específico. Já a questão 18, também com 56% abordou imposto progressivo como assunto, no grupo de incidência tributária.

Portanto, o grupo de conhecimentos que mais esteve abaixo da média em termos de desconhecimento, acertos e erros foi o de princípios tributários e empréstimo compulsório o assunto que se destacou negativamente. Os assuntos que tiveram os resultados mais acima da média foram impostos sobre consumo e tributos estaduais.

As tabelas seguintes, em que os percentuais são evidenciados em função de cada um dos grupos melhoram a percepção com relação ao posicionamento do conhecimento específico demonstrado em relação ao tema como um todo ao se efetuar comparação entre a médias do grupo e médias gerais.

A tabela 2 mostra as respostas em percentuais de respondentes para acertos, erros e desconhecimentos relacionados a princípios tributários.

**Tabela 2 - Respostas às questões sobre princípios tributários**

Percentual de Respondentes	ACERTOS	ERROS	DESCONHECIMENTOS
Questão 11	21%	35%	44%
Questão 12	17%	27%	56%
Questão 20	4%	21%	75%
Média	14%	28%	58%

Fonte: autores

Observa-se pela tabela 2 que a média de acertos das questões de princípios tributários está abaixo da média geral. Tanto as médias de erros como de desconhecimento deste grupo são superiores às médias gerais.

Na tabela 3 são expressos os percentuais relacionados às respostas para o grupo competência tributária.

**Tabela 3 - Respostas às questões sobre competência tributária**

Percentual de Respondentes	ACERTOS	ERROS	DESCONHECIMENTOS
Questão 13	34%	29%	37%
Questão 14	54%	11%	35%
Média	44%	20%	36%

Fonte: autores

Os resultados sintetizados pelas médias observadas para as respostas do grupo competência tributária, conforme a tabela 3, mostram-se melhores que as médias gerais, indicando que neste grupo o grau de conhecimento é acima da média geral.



Os resultados observados para carga tributária são expressos na tabela 4.

**Tabela 4 - Respostas às questões sobre carga tributária**

Percentual de Respondentes	ACERTOS	ERROS	DESCONHECIMENTOS
Questão 15	26%	28%	46%
Questão 16	45%	21%	34%
Média	36%	25%	40%

Fonte: autores

Comparativamente às médias gerais, a tabela 4 evidencia que o grupo carga tributária está próximo delas, não se destacando favorável ou desfavoravelmente.

Através da tabela 5 podem ser vistos os resultados apurados para competência tributária.

**Tabela 5 - Respostas às questões sobre incidência tributária**

Percentual de Respondentes	ACERTOS	ERROS	DESCONHECIMENTOS
Questão 17	73%	15%	12%
Questão 18	36%	8%	56%
Média	55%	12%	34%

Fonte: autores

Conforme a tabela 5, as médias apresentadas para incidência tributária são melhores que as médias gerais, indicando que o grau de conhecimento neste grupo é superior à média.

A tabela 6 traz os resultados para o conceito de educação fiscal medido por uma só questão.

**Tabela 6 - Respostas à questão sobre conceito de educação fiscal**

Percentual de Respondentes	ACERTOS	ERROS	DESCONHECIMENTOS
Questão 19	42%	17%	41%

Fonte: autores

Os resultados médios apresentados para o conceito de educação fiscal, de acordo com a tabela 6, são melhores que as médias gerais.

A tabela 7 condensa as médias de cada grupo e as médias gerais, ordenando-as em ordem crescente de acertos permitindo identificar os grupos em que os acertos foram abaixo ou acima da média. Resultados bastante semelhantes seriam obtidos se adotado como critério maior percentual de erros ou de desconhecimento.

**Tabela 7 - Respostas por grupo e médias gerais ordenadas por acertos**

Percentuais Médios	ACERTOS	ERROS	DESCONHECIMENTOS
Princípios Tributários	14%	28%	58%
Média	35%	21%	44%
Carga Tributária	36%	25%	40%
Conceito de Educação Fiscal	42%	17%	41%
Competência Tributária	44%	20%	36%
Incidência Tributária	55%	12%	34%

Fonte: autores

Os dados da tabela 7 dão conta de que o grupo de princípios tributários é aquele onde há mais problemas de conhecimento por parte dos pesquisados, dado que tanto o percentual de desconhecimentos como de erros é bastante superior à média como os acertos são muito inferiores a ela. Carga tributária e conceito de educação tributária estão próximos da média, enquanto que a incidência tributária é o grupo de conhecimentos de maior domínio, seguido da incidência tributária.

Os acertos também foram tabulados de modo a serem transformados em notas de zero a dez, cabendo 1 ponto para cada resposta certa dada pelos alunos que colaboraram nesta pesquisa. A tabela 8 contém a estatística descritiva das obtidas nos testes de conhecimento:

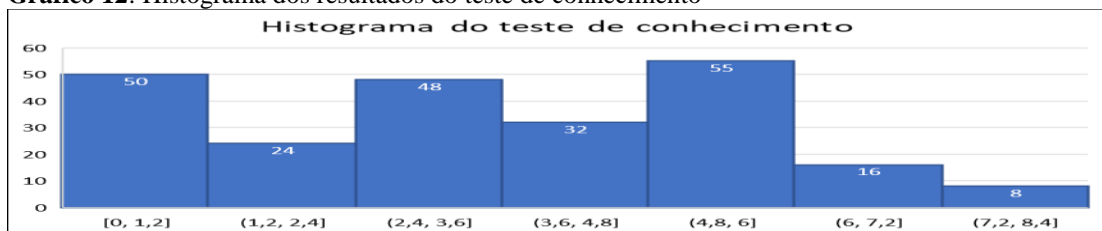
**Tabela 8:** Estatística descritiva das notas dos testes de conhecimento

<i>Nota do teste de conhecimentos</i>	
Média	3,54
Erro padrão	0,14
Mediana	3
Modo	3
Desvio padrão	2,15
Variância da amostra	4,61
Mínimo	0
Máximo	8
Contagem	233

Fonte: Autores

Já o gráfico 12 apresenta a quantidade de respondentes em cada faixa de nota, distribuídas em 7 intervalos de 1,2 pontos suficientes para enquadrar todos, visto que a nota máxima foi 8.

**Gráfico 12:** Histograma dos resultados do teste de conhecimento



Fonte: Autores (2018).

Desta forma, de acordo com o gráfico 12, observando-se a distribuição da quantidade de respondentes para cada intervalo de notas, consta-se que:

- i) ninguém acertou todas questões da prova, enquanto 21% não acertou qualquer questão;
- ii) apenas 10% da amostra acertou acima de 60% do teste de conhecimento, o que indicaria um baixo nível de aprovação, caso o teste fosse uma prova da própria universidade e
- iii) 52% acertaram menos que 4 questões, um índice de acerto insatisfatório.
- iv)

#### 4.2. Análise estatística

Para iniciar as análises primeiramente foram definidas as variáveis explicativas, conforme a tabela 9, que são os fatores socioeconômicos e também foi definido um grupo de controle para fins de comparação. Este grupo possui as seguintes características: i) Idade inferior a 18 anos; ii) sexo masculino; iii) cor branca; iii) recém ingresso na universidade; iv) sem experiência no mercado de trabalho; v) nunca realizou um curso ou workshop sobre educação fiscal; vi) renda familiar média menor que 2 salários mínimos; vii) ocupação profissional como estudante. Desta forma todos coeficientes estão sendo comparados a partir destas características.

Após a realização de diversos testes estatísticos, a conclusão principal é que, considerando a amostra disponível, para a maior parte dos coeficientes (19/23) não foi possível rejeitar a hipótese nula de diferença entre os grupos. Dessa forma, podemos dizer que não há relação significativa entre os níveis de conhecimento fiscal e os fatores socioeconômicos analisados.

O  $R^2$ , considerando que no modelo incluíram-se mais de 20 variáveis foi baixo (~21%) e o  $R^2$  ajustado, que pondera pelo número de variáveis no modelo (toda variável com t estatístico

menor ou igual a um diminui o  $R^2$  ajustado em relação ao  $R^2$ ) foi ainda menor (~12%). Esta regressão foi realizada no R pois possuía mais que 16 variáveis explicativas

Foi realizada uma segunda regressão com a exclusão das variáveis de nível educacional e nível educacional, desta vez no Excel pois possuía apenas 16 variáveis explicativas, para tentar obter um modelo mais explicativo, obtivemos o resultado da tabela XV:

**Tabela 9:** Saída da 2ª Regressão

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,43742
R-Quadrado	0,19134
R-quadrado ajustado	0,13144
Erro padrão	1,97132
Observações	233

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	16	198,61210	12,41326	3,19428	6,06254E-05
Resíduo	216	839,39649	3,88609		
Total	232	1038,00858			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	2,13166	0,78950	2,70003	0,00748
AGE_19-29	-0,28503	0,59311	-0,48056	0,63132
AGE_30-39	0,91318	0,74382	1,22769	0,22090
AGE_40-49	0,62814	0,91657	0,68531	0,49388
AGE_50-59	2,77744	2,08479	1,33224	0,18419
AGE_60+	3,43446	1,55076	2,21469	0,02783
SEX_FEM	-0,89134	0,26320	-3,38658	0,00084
COR_PARDO	0,55069	0,35723	1,54158	0,12464
COR_AMARELO	-0,35957	0,55382	-0,64927	0,51686
COR_PRETO	0,15828	0,55006	0,28776	0,77381
STATUS_ALUNO	-0,03723	0,41599	-0,08950	0,92877
JA_TRABALHOU	1,03805	0,33472	3,10120	0,00218
RFM_2-4_SM	1,04638	0,68805	1,52079	0,12978
RFM_4-10_SM	1,26145	0,58698	2,14905	0,03274
RFM_10-20_SM	0,87873	0,61817	1,42151	0,15661
RFM_20+_SM	0,94419	0,65359	1,44463	0,15001
CURSO_EDUFISCAL	0,00810	0,29357	0,02761	0,97800

Fonte: Autores

Foram realizados outros testes estatísticos e a conclusão principal é que, considerando a amostra disponível, para a maior parte dos coeficientes (14/16) não foi possível rejeitar a hipótese nula de diferença entre os grupos.

Dessa forma, podemos dizer que não há relação significativa entre os níveis de conhecimento fiscal e os fatores socioeconômicos analisados. O  $R^2$ , considerando que no modelo incluíram-se 16 variáveis foi baixo (~19%) e o  $R^2$  ajustado, que pondera pelo número de variáveis no modelo (toda variável com t estatístico menor ou igual a um diminui o  $R^2$  ajustado em relação ao  $R^2$ ) foi ainda menor (~13%).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto neste trabalho, é possível afirmar que o mesmo atingiu os objetivos que foram previamente propostos. Por meio dos dados coletados na revisão de literatura, foi possível estabelecer uma discussão a respeito do conceito de Educação Fiscal e da sua importância para a sociedade brasileira.

Através de uma população amostral válida composta por 233 pessoas, de diferentes idades, ocupações, faixas etárias e com níveis de renda diversificados, foi possível estimar quais temas são mais conhecidos pelos brasileiros (no que diz respeito à arrecadação de impostos por entidades públicas) e verificar que os fatores socioeconômicos não são suficientemente explicativos e possuem baixa influência no nível de conhecimento fiscal da amostra estudada.

Foi identificado através do estudo que o nível de conhecimento fiscal da amostra não é satisfatório, entretanto é possível perceber que temas amplos foram estão bem consolidados,

como as esferas governamentais e suas competências, enquanto conceitos, como princípios tributários e natureza dos tributos, possuem baixa assimilação.

Desta forma, o estudo sugere novos estudos endereçando estratégias de educação fiscal customizadas para os distintos extratos sociais brasileiros, buscando também entender como cada fator socioeconômico consegue influenciar efetivamente na educação fiscal dos brasileiros e na capacidade dos mesmos em fiscalizar o Estado quanto à arrecadação dos tributos em diferentes níveis.

Afinal, somente uma sociedade ciente de seus direitos e deveres possui a força de determinar seus rumos. Reside aí a importância da educação fiscal, no sentido de propiciar aos brasileiros o quanto se faz necessária a constante manutenção das atividades do Estado, a fim de se garantir o progresso social.

Quando se considera o ônus dos tributos, se verifica que os mesmos estão presentes em todas as atividades econômicas. Eles representam o preço que os brasileiros acabam pagando pela saúde, educação segurança, dentre outros direitos fundamentais inerentes aos mesmos.

Neste contexto, a educação fiscal acaba assegurando que tais valores sejam fiscalizados, a fim de que os mesmos possam ser efetivamente recolhidos aos cofres públicos, e, principalmente, busca garantir que os brasileiros tenham consciência da importância disto.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvarenga, D. (2017). *Brasileiro trabalhará 153 dias em 2017, até esta sexta, só para pagar impostos, diz pesquisa*. Portal Eletrônico G1. Economia Jun. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasileiro-trabalhara-153-dias-em-2017-ate-esta-sexta-so-para-pagar-impostos-diz-pesquisa.ghtml>> Acesso em 20 abril 2018.
- Abraham, M. (2017). *Véu da ignorância ou educação fiscal?* Portal Eletrônico GenJuridico. Financeira Jul. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2017/07/27/veu-da-ignorancia-ou-educacao-fiscal/>> Acesso em 20 de abril de 2018
- Borges, E F. (2012). *Educação Fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos pela administração municipal*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN.
- Borges, E. F.; Pereira, J. M.; Borges, G. M. da C. (2015). *Gestão Pública no Brasil: uma proposta de mensuração da educação fiscal do cidadão*. Revista de Contabilidade e Organizações. 25. 4 -15.
- Costa, A. J. B.; Silva, H. F. F.; Micheletto, M.; Gonçalves, L. A.; Nascimento, L. L. (2014). *Controle Social: oficina temática como metodologia pedagógica para formação de auditor social*. Participação, v. 26, p. 27-38. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/12729/8998>> Acesso em 13 de Abril de 2018.
- CGU, Controladoria Geral da União, *Controle Social – Orientações para participação na gestão pública e exercício do controle social*. (2012). Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/controlsocial2012.pdf>>. Acesso em 15 de Abril de 2018.
- Eloy Junior, A., Soares, S., Casagrande, M. (2014). A produção científica brasileira sobre contabilidade tributária em periódicos e eventos no período de 1989-2011. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 6(1). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v6i1.32234>
- Fabretti, L. C. (2008). *Código tributário nacional comentado*. São Paulo. Editora Atlas.

- Fernandes, E. L. (2016). *EDUCAÇÃO FISCAL: Uma política pública ou uma decisão política?* Disponível em: <<http://www.educacaofiscal.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/23/2016/05/EDUCA%C3%87%C3%83O-FISCAL-Uma-pol%C3%ADtica-p%C3%ABblica-ou-uma-decis%C3%A3o-pol%C3%ADtica.pdf>>. Acesso em 13 de Abril de 2018.
- Formigoni, H. (2008). *A influência dos incentivos fiscais sobre a estrutura de capital e a rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.12.2008.tde-13012009-155610. Recuperado em 2020-08-01, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)
- GEFE/SP. *Grupo de Educação Fiscal Estadual*. (2020). Disponível em: <<http://www.educacaofiscal.sp.gov.br/pages/gefe/>>. Acesso em 01 de agosto.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7<sup>o</sup>ed. São Paulo: Atlas.
- Grzybovski, D.; Hahn, T. G. (2006). *Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária*. Rio de Janeiro. 40(5):841-64, Set./Out. <<http://www.iprofesional.com/notas/260699-afip-ganancias-impuestos-impuesto-a-las-ganancias-diputados-empleado-renta-financiera-senadores-reforma-tributaria-empleador-Litvin-En-cinco-anos-la-presion-fiscal-deberia-bajar-4-del-PBI>>. Acesso em 10 de Maio de 2018.
- Jardim, J. M. (2012). *A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais*. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 5, n. 1.
- Lima, I.C. (2016). *Educação Fiscal para a Cidadania*. São Paulo: FAZESP.
- Litvin. C. (2017). *La Rebaja eel IVA aL pollo y al cerdo debería impactar em los precios y valoró las reformas em las contribuciones patronales y ganancias*. Disponível em: <<http://www.iprofesional.com/notas/260699-afip-ganancias-impuestos-impuesto-a-las-ganancias-diputados-empleado-renta-financiera-senadores-reforma-tributaria-empleador-Litvin-En-cinco-anos-la-presion-fiscal-deberia-bajar-4-del-PBI>>. Acesso em 10 de Maio de 2018.
- Merlo, R. A., Pertuzatti, E. (2005). *Cidadania e Responsabilidade Social do Contador Como Agente da Conscientização Tributária das Empresas e da Sociedade*. Disponível em: <[http://rep.educacaofiscal.com.br/word\\_docs/fisco\\_contador.pdf](http://rep.educacaofiscal.com.br/word_docs/fisco_contador.pdf)>. >. Acesso em 22 de março de 2020.
- OECD. (2015). The International and Ibero-American Foundation for Administration and Public-Policies (FIAAP), *Building Tax Culture, Compliance and Citizenship: A Global Source Book on Taxpayer Education*, OECD Publishing, Paris.
- Oliveira, R. A., Nakao, S. H. (2005). Planejamento tributário com mudança de local: um estudo de caso. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2103/2103>>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- Queiroz, G. (2018). *Depois da Previdência, reforma tributária deve ser prioridade do Congresso em 2018*. Agência CNI de Notícias. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/depois-da-previdencia-reforma-tributaria-deve-ser-prioridade-do-congresso-em-2018/>>. Acesso em 15 de Abril de 2018.
- RECEITA FEDERAL. (2016). Carga tributaria no Brasil 2016. *Serie Estudos Tributários*. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-2016.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2018.
- Reis, A. K.; Pfitscher, E. D.; Casagrande, M. D. H.D. (2012). *A Educação Fiscal no Brasil: Estudo Realizado nos 27 Estados da Federação, Distribuídos nas Regiões Norte,*

- Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. Florianópolis; v. 11; p. 37-56.
- Rezende, F. (1995). *Os rumos da reforma fiscal*. R. Serv. Público, Brasília, v. 119, n. 1, p. 153-174, jan./abr.
- Rezende, F. (2009). da C. *Desafios gerenciais para a reconfiguração da administração burocrática brasileira*. Sociologías, v. 11, n. 21, p. 344-365.
- Rivillas, B. D., Pérez, A. F. (2010). *Educación fiscal y cohesión social – experiencias de América Latina*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales.
- Santos, R. B., Rezende, A. J. (2019). Os paradigmas e os construtos em contabilidade tributária: Tendências e oportunidades de pesquisa. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 13, N. 2, p.39-61. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/28618/19320>>. Acesso em 18 de Abril de 2020.
- Silva, A. Silva, C. F., Alves, A. P. (2020). *A percepção da importância da contabilidade para o desenvolvimento tecnológico: um estudo com docentes e discentes de Ciências Contábeis*. XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade – a Contabilidade como mecanismo de Governança. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/2368.pdf>>.
- Souza, F. A. de, Silva, C. A. T., Alves, K. R. C. P. (2020). *Factors determining the forecast errors of market analysts for fiscal variables in Brazil*. RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia, 19 (2), 227-248. Recuperado de <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>
- UNIFESP. *Dados Graduação*. (2017). Disponível em <<http://www.unifesp.br/reitoria/indicadores/graduacao>>. Acesso em 10 de Abril de 2018.
- UNIFESP, *Unifesp firma acordo com Receita Federal para disseminar cidadania fiscal*. (2012) Disponível em: <<http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/index.php?c=Noticia&m=ler&cod=4c95e000> >. Acesso em 15 de Abril de 2018
- Zucchi, A. L. (2013). *Utilização da informação contábil na adesão aos incentivos fiscais de inovação tecnológica estabelecidos pela Lei 11.196/05*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.12.2013.tde-21062013-161434. Recuperado em 2020-08-01, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)